



INCISOS XI EXIII  
ALTERADOS PELA LEI  
Nº 613/95

L E I Nº 613/95

SUMULA: INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO  
TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

A CAMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA, ESTADO DO PARANA APROVOU E EU  
PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

L E I

ART. 1º - FICA INSTITUIDO NO AMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA  
INDUSTRIA E DO COMÉRCIO, RESPONSÁVEL PELA POLITICA MUNICIPAL NA AREA DO  
TRABALHO, O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, DE CARATER PERMANENTE E DE  
LIBERATIVO, COM A FINALIDADE DE ESTABELECEER DIRETRIZES E PRIORIDADES PA  
RA AS POLITICAS DE TRABALHO NO MUNICIPIO DE CAPANEMA.

ART. 2º - AO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO CABE:

I - A PROMOÇÃO E O INCENTIVO A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES  
DE TRABALHO, INCLUSIVE NAS QUESTÕES RELATIVAS A SAÚDE E SEGURANÇA;

II - A ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DO SISTEMA PRODUTIVO, DOS  
SEUS REFLEXOS EM RELAÇÃO A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO  
E DO PERFIL DA DEMANDA DE MÃO DE OBRA;

III - A PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS ECONOMICAS E SOCIAIS GE  
RADORAS DE EMPREGOS E RENDA;

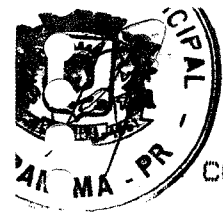
IV - A ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS  
INCLUSIVE ACADEMICAS E DE PESQUISAS, COM O OBJETIVO DE OBTER SUBSÍDIOS  
DESTINADOS A ELABORAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS ANUAIS OU PLURIANUAIS DE  
ESTUDOS DO MERCADO DE TRABALHO E DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E CIDADANIA;

V - A SUGESTÃO DE MEDIDAS QUE ANULEM OU REDUZAM OS EFEI  
TOS NEGATIVOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, DECORRENTES DAS POLITICAS PÚ  
BLICAS E DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS;

VI - O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES VOLTADAS PARA A CAPACITA  
ÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E PARA RECICLAGEM PROFISSIONAL, BEM COMO A PROPOSI  
ÇÃO DE SUBSÍDIOS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL;

VII - A APRECIÇÃO SOBRE CELEBRAÇÃO DE CONVENIOS OU DE CON  
TRATOS QUE PERMITAM A ÓRGÃOS PÚBLICOS OU ENTIDADES PRIVADAS REALIZAREM  
QUALIFICAÇÃO OU RECICLAGEM DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS;

VIII - A AVALIAÇÃO PRÉVIA DE PROPOSTAS DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS  
A SEREM ENCAMINHADAS AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, OU ORGANISMOS IN  
TERNACIONAIS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS DIRECIONADOS A CAPACITAÇÃO PARA  
O TRABALHO E A RECICLAGEM PROFISSIONAL, AO APOIO AO FUNCIONAMENTO DO  
MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, DE FORMA A ASSEGU  
RAR COERÊNCIA E COMPATIBILIDADE ENTRE SI;



IX - O SUBSÍDIO, QUANDO SOLICITADO AS DELIBERAÇÕES DOS CONSELHOS ESTADUAL E NACIONAL DO TRABALHO;

X - O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA ÁREA DO TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA MUNICIPAL NESTE CAMPO DE ATUAÇÃO;

XI - A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, OBSERVANDO-SE PARA TAL, OS CRITÉRIOS E DETERMINAÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 63, DE 28 DE JULHO DE 1994, DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 7.998 DE 11 DE FEVEREIRO DE 1990;

XII - A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS OU COMISSÕES MUNICIPAIS EQUIVALENTES;

XIII - O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DA RESOLUÇÃO Nº 63, DE 28 DE JULHO DE 1994 DO CODEFAT E OUTRAS CORRELATAS.

ART. 3º - O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO COMPOEM-SE DE FORMA PARITÁRIA E TRIPARTITE POR:

I - ATÉ 03 (TRES) REPRESENTANTES INDICADOS POR ENTIDADES DE TRABALHADORES;

II - ATÉ 03 (TRES) REPRESENTANTES INDICADOS POR ENTIDADES PATRONAIS;

III - ATÉ 03 (TRES) REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER PÚBLICO, SENDO MEMBRO OBRIGATORIO UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO MUNICÍPIO RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA MUNICIPAL NA ÁREA DO TRABALHO;

§ 1º - OS ÓRGÃOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO INDICARÃO UM MEMBRO TITULAR E UM SUPLENTE, PODENDO PROPOR A QUALQUER TEMPO, A SUBSTITUIÇÃO DOS RESPECTIVOS REPRESENTANTES.

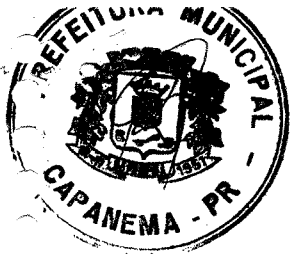
§ 2º - OS MEMBROS INDICADOS FORMALMENTE PELAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DESTES CONSELHOS SERÃO NOMEADOS PELO PREFEITO MUNICIPAL.

§ 3º - O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO SERÁ O TITULAR DA SECRETARIA DO MUNICÍPIO RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA MUNICIPAL NA ÁREA DO TRABALHO, SENDO SUBSTITUÍDO EM SUAS FALTAS E IMPEDIMENTOS PELO DIRETOR GERAL DO ÓRGÃO.

§ 4º - A FUNÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO NÃO SERÁ REMUNERADA, SENDO CONSIDERADO RELEVANTE SERVIÇO PRESTADO AO MUNICÍPIO.

ART. 4º - O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO CONTARÁ COM UM SECRETÁRIO EXECUTIVO, A SER INDICADO E NOMEADO PELO PRESIDENTE DO COLEGIADO, COM O "REFERENDUM" DOS DEMAIS MEMBROS.

ART. 5º - A SECRETARIA MUNICIPAL A QUAL SERÁ VINCULADO O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, PRESTARÁ O NECESSÁRIO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO AO BOM FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO.



ART. 6º - A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DESTES COLEGIADOS SERÃO DISCIPLINADOS EM REGIMENTO INTERNO, A SER APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA DE SEUS MEMBROS EFETIVOS, NO PRAZO MÁXIMO DE 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA INSTALAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - PODERÁ SER PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO A CRIAÇÃO DE GRUPOS TEMÁTICOS PELO TEMPO QUE O EXIGIREM AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS.

ART. 7º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPANEMA, ESTADO DO PARANÁ  
AOS 18 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1995.

  
ARMANDIO GUERRA

PREFEITO MUNICIPAL

